ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil normas internacionais de relatório financiero (IFRS) em 31 de Dezembro de 2013

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDENPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDENPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 27 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" SP

Carlos Alexandre Peres Contador CRC 1SP198156/O-7 "S" SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	225.370	227.129
Contas a receber de clientes	4	11.990	11.582
Estoques		9.210	7.020
Antecipações de arrendamento	6	166	166
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.112	9.096
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	279	5.543
Adiantamentos e outras contas a receber		712	417
Despesas antecipadas	_	981	890
Total do ativo circulante		257.820	261.843
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Créditos a receber de empresas relacionadas	5	2.435	43
Antecipações de arrendamento	6	1.877	2.043
Impostos e contribuições a recuperar	7	40.653	26.611
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	40.478	31.201
Depósitos restituíveis e valores vinculados	9	22.652	20.923
Debêntures	10	116.725	106.259
		224.820	187.080
PERMANENTE			
Intangível	12	1.313	1.401
Imobilizado	11 _	356.730	338.176
		358.043	339.577
Total do ativo não circulante	_	582.863	526.657
TOTAL DO ATIVO	<u> </u>	840.683	788.500

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A. BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		16.426	12.935
Empréstimos e financiamentos	13	11.992	8.177
Instrumentos derivativos	14	-	5.109
Obrigações fiscais		238	772
Arrendamentos e concessões	17	-	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.068	5.919
Adiantamentos de clientes	16	13.302	23.423
Parcelamentos fiscais e previdenciários	17	554	1.577
Outras contas a pagar		776	755
Total do circulante		50.356	58.667
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	85.885	69.969
Contas a pagar com empresas relacionadas	5	5.084	3.883
Provisão para contingências	9	14.022	16.936
Arrendamentos e concessões	15	705.854	624.546
Parcelamentos fiscais e previdenciários	17	56	383
Total do não circulante	·	810.901	715.717
Total do passivo		861.257	774.384
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	19	551.915	551.915
Reserva de capital		17.438	17.972
Prejuízos acumulados		(589.927)	(555.771)
Ajustes patrimoniais		- -	-
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	·	(20.574)	14.116
•			
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(PASSIVO A DESCOBERTO)	;	840.683	788.500

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de serviços	26	94.995	96.846
Custo dos serviços prestados		(59.833)	(91.861)
Lucro operacional bruto		35.162	4.985
Outras receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais		(1.755)	(5.183)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(468)	8.905
		(2.223)	3.722
Resultado operacional antes do resultado financeiro		32.939	8.707
Despesas financeiras	21	(99.526)	(100.545)
Receitas financeiras	21	32.431	37.542
		(67.095)	(63.003)
Prejuízo do exercício		(34.156)	(54.296)
Resultado básico e diluído por ação	24		
Por ação ordinária		(0,0714)	(0,1135)
Por ação preferencial		(0,0714)	(0,1135)

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Prejuízo do exercício	(34.156)	(54.296)
Itens a serem reclassificados posteriormente para o resultado		
Marcação a mercado de aplic. financeiras		(4.470)
Total resultado abrangente	(34.156)	(58.766)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

			Reserva de capital		Outros	
		Capital	Opções outorgadas	Prejuízos	Ajustes	
	Nota	social	reconhecidas	acumulados	patrimoniais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012		551.915	16.520	(501.475)	4.470	71.430
Prejuízo do exercício		-	-	(54.296)	-	(54.296)
Marcação a mercado de aplic. financeiras					(4.470)	(4.470)
Resultado abrangente do exercício				(54.296)	(4.470)	(58.766)
Registro da reserva para opções outorgadas	20		1.452			1.452
Saldo em 31 de dezembro de 2012		551.915	17.972	(555.771)		14.116
Prejuízo do exercício				(34.156)		(34.156)
Resultado abrangente do exercício		-	-	(34.156)	-	(34.156)
Registro da reserva para opções outorgadas	20		(534)			(534)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		551.915	17.438	(589.927)	-	(20.574)

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(34.156)	(54.296)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciação e amortização (nota 25)	16.284	12.175
Variação cambial e encargos sobre financiamentos e debêntures	(16.606)	(1.699)
Outorga de Stock options (nota 19)	691	1.452
	(33.787)	(42.368)
Aumento nas contas do ativo		
Contas a receber de clientes	(10.529)	(2.356)
Estoques	(1.570)	94
Impostos e contribuições a recuperar	(17.249)	(14.306)
Outros ativos	(1.451)	(2.046)
	(30.799)	(18.614)
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Fornecedores	3.180	(21.021)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(76)	2.454
Obrigações fiscais	(1.937)	(9.177)
Arrendamentos e concessões	81.308	75.993
Outros passivos	(2.894)	12.239
	79.581	60.488
Geração (utilização) operacional de caixa	14.995	(494)
Atividades de investimento		
Movimentação líquida do imobilizado	(35.330)	(34.016)
Utilização de caixa em atividades de investimentos	(35.330)	(34.016)
Atividades de financiamento		
Captação	27.573	17.751
Amortização de empréstimos	(7.806)	(5.850)
Partes relacionadas	(1.191)	(97.391)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamento	18.576	(85.490)
Redução no caixa e equivalentes	(1.759)	(120.000)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	227.129	347.129
Saldo final de caixa e equivalentes	225.370	227.129
Redução no caixa e equivalentes	(1.759)	(120.000)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Receitas		
Vendas de serviços	110.383	112.644
Outras receitas	392	(182)
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.272	(1.366)
	112.047	111.096
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços vendidos	(15.182)	(41.569)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.650)	(654)
Perda/Recuperação de valores ativos	(76)	(292)
Outras	(317)	(1.189)
	(23.225)	(43.704)
Valor adicionado bruto	88.822	67.392
Depreciação, amortização e exaustão	(16.284)	(12.175)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	72.538	55.217
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32.431	37.542
	32.431	37.542
Valor adicionado total a distribuir	104.969	92.759
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	17.301	21.688
Benefícios	3.158	3.868
FGTS	762	729
	21.221	26.285
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	7.754	9.242
Estaduais	6.621	7.517
Municipais	939	628
	15.314	17.387
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	99.526	100.545
Aluguéis	3.064	2.838
	102.590	103.383
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízos do período	(34.156)	(54.296)
	(34.156)	(54.296)
Valor adicionado total distribuído	104.969	92.759

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo - SP.

Os objetivos sociais da Companhia, definidos em seu estatuto são os seguintes: (i) Prestar serviços de transporte ferroviário; (ii) Explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo; (iii) Explorar os transportes modais; (iv) Atuar como operador portuário; (v) Participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; (vi) Executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas acima e exercer outras atividades que utilizam como base a estrutura da Companhia.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 26 de junho de 1996, a Companhia obteve a concessão até junho de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na antiga malha oeste, com extensão total de 1.621 km, correspondendo ao percurso Bauru (SP) a Corumbá (MS) e um ramal entre Campo Grande (MS) e Ponta Porã (MS), conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

Na mesma data celebrou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A. para arrendamento até junho de 2026, renovável por mais 30 anos, dos bens operacionais vinculados à prestação de serviço de transporte de cargas da antiga Malha Oeste.

Em 30 de dezembro de 2009, os quotistas da Multimodal Participações Ltda.(Multimodal) e acionistas da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. ("ALL Malha Norte"), ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. ("ALL Malha Paulista") e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. ("ALL Malha Oeste") aprovaram a cisão total da Multimodal e incorporação de três parcelas cindidas por ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste, extinguindo a Multimodal e a sucedendo em todos os direitos e obrigações.

O patrimônio líquido cindido da Multimodal foi de R\$ 547.133 e o montante global do acervo líquido cindido e incorporado pela ALL Malha Oeste foi de R\$ 119.182, o que equivale a R\$ 74.117, após exclusão da participação detida pela Multimodal na Companhia.

Para a parcela de ágio incorporada pela Malha Oeste, no valor de R\$ 123.948 foi constituída provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no valor total do ágio, conforme Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

b) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no edital de privatização e no contrato de concessão ferroviária da Malha Oeste.

O contrato de concessão será extinto com a concretização dos seguintes fatos: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da concessionária. Com a extinção da concessão os principais efeitos serão os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- Retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Companhia, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações. Tal custo estará sujeito às avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de impairment, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

2.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.2 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para a Companhia.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, consequentemente, diferenças de conversão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

2.4 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o tomador e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de fretes ferroviários, de armazenagem e de transbordo.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Cont	ribuição		Alíquota (%)
PIS	-	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da	7,60
		Seguridade Social	
ICMS	-	Imposto Sobre Operações Relativas à	
		Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

2.6 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão e é revisado por atuário independente anualmente. O plano possui características predominantes de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas e as contribuições são registradas no resultado quando incorridas.

2.7 Benefícios envolvendo pagamento em ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O efeito de diluição das opções em aberto e refletido com diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 24.

2.8 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia em 31 de dezembro de 2013, não possui ativos financeiros para negociação e também não há ativos financeiros mantidos até o vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/ IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com a Companhia.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 23.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.10 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Locomotivas 25 anos
- Vagões 30 anos
- Via permanente Limitado ao prazo da concessão de 15 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.12 Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. A Companhia não possui ativo intangível com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2013.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13 Estoques

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção. Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.14 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Gestão de Capital

Os objetivos do Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 22.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas, alterações e interpretações de normativas foram emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), entretanto, ainda não estavam em vigor no exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

- .IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- .IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A companhia avaliou que não há impacto em suas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- .IFRS 13 "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

A Administração entende que o efeito da aplicação de tais mudanças por se tratarem subsequentemente de aspectos de divulgação, é o aumento da qualidade das demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos	87	59
Aplicações financeiras		
CDBs (i)	119.223	73.200
Taxas Pré (ii)	20.560	122.747
Títulos do Governo (iii)	46.997	31.037
Fundos (iv)	38.503	86
	225.283	227.070
	225.370	227.129

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, compostos por:

- (i) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI (taxas média de 102% do CDI);
- (ii) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários CDB's com taxa pré-fixada;
- (iii) investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a SELIC);
- (iv) investimentos em Fundos compostos principalmente por títulos do governo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

4. Contas a receber de clientes

	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes		
Clientes terceiros	8.079	8.776
Clientes intercompany	4.656	4.824
	12.735	13.600
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidos a		
ALL Malha Oeste	(745)	(2.018)
	11.990	11.582
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

Em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

	Saldo ainda não vencido e sem Saldos vencidos								
Períodos	perda por redução ao valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	PDD	Total	
31/12/2013	6.193	2.143	2.596	247	811	745	(745)	11.990	
31/12/2012	7.258	496	626	542	2.660	2.018	(2.018)	11.582	

5. Transações com partes relacionadas

	Ativo circulante		Ativo não o	circulante	Passivo ci	rculante	te Passivo não circulante		Rece	itas	Despesas	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
ALL Malha Sul	2.543	4.029	898	-	3.698	1.039	209	5	715	-	-	26
ALL Malha Paulista	1.853	279	1.537	43	448	971	4.875	3.878	9.720	11.107	876	916
ALL Malha Norte	255	516	-	-	100	256	-	-	-	-	-	-
ALL Serviços	5				287	28					1.893	3.907
	4.656	4.824	2.435	43	4.533	2.294	5.084	3.883	10.435	11.107	2.769	4.849

As transações entre empresas ligadas são decorrentes de aluguéis de material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, direito de passagem, bem como, recursos financeiros.

Termos e condições de transações entre as partes relacionadas.

Os saldos em aberto no final do período são livres de juros e a liquidação ocorre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

No período findo em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada período, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Remuneração dos administradores

Em ata de Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2013, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho Fiscal o valor de R\$ 792, e como verba global anual para a remuneração dos Administradores, o valor de até R\$ 30, estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

	31/12/2013	31/12/2012
Remurações	30	30

6. Antecipação de Arrendamentos

	31/12	2/13	31/12	2/12
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Arrendamentos	166	1.877	166	2.043

O arrendamento dos bens da RFFSA, pelo prazo de 30 anos, foi contratado pela Companhia em 26 de junho de 1996 por R\$ 56.440, dos quais R\$ 4.969 foram pagos à vista. O saldo de R\$ 51.471, vem sendo pago, desde 15 de janeiro de 1998, em 112 parcelas trimestrais incluindo atualização pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A Companhia provisiona esta obrigação conforme nota explicativa 16.

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga, pelo prazo de 30 anos, foi adquirida pela Companhia por R\$ 3.118, dos quais R\$ 409 foram pagos à vista. O saldo de R\$ 2.709 está sendo pago, a partir de 15 de janeiro de 1998, em 112 parcelas trimestrais incluindo atualização pela variação do IGP-DI. A Companhia também provisiona esta obrigação conforme nota explicativa 16.

Tanto os contratos de arrendamento de bens, quanto de concessão de serviços de transportes, são reconhecidos no resultado de forma linear ao longo do período da concessão, não se caracterizando como arrendamento financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12	/13	31/12/12			
	Ativo	Ativo não	Ativo	Ativo não		
	circulante	circulante	circulante	circulante		
ICMS	-	13.238		14.221		
PIS / COFINS	9.111	24.605	9.096	12.390		
IRPJ / CSLL	279	40.478	5.543	31.201		
Outros	1	2.810				
	9.391	81.131	14.639	57.812		

8. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	31/12/13	31/12/12
Prejuízo antes dos tributos	(34.156)	(54.296)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	11.613	18.461
Ajustes do impostos e contribuições por:		
Stock options	(235)	(494)
Realização de provisão para manutenção do patrimônio	2.509	2.509
Efeito prejuízo fiscal sem constituição de impostos diferidos	(16.056)	(16.114)
Efeito diferenças temporárias sem constituição de impostos diferidos	2.191	(3.608)
Outras diferenças permanentes	(22)	(754)
Receita (despesa) efetiva	-	-
Impostos diferidos		

Em 31 de dezembro de 2013, não foram registrados os créditos de imposto de renda e de contribuição social diferidos pela companhia, tendo em vista que a companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para realização dos prejuízos fiscais, das bases negativas e das diferenças temporais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais	175.109	159.285
Provisão para reumeração variavél	741	538
Provisão para créditos de impostos	6.215	6.045
Provisão para questões fiscais	1.933	3.207
Provisões trabalhistas	572	342
Provisão para questões civeis	2.263	2.209
Provisão créditos liquidação duvidosa	253	686
Operações de Hedge a liquidar	-	1.245
Provisões	767	1.090
Ajustes Ativos da RTT	116	547
Total dos créditos fiscais	187.969	175.194
(-) Créditos não registrados	(187.969)	(175.194)
(=) Creditos liquidos registrados	-	-

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, as quais têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

9. Depósitos judiciais e provisão para contingências

		_	Contingências				
	Depósitos ja	Depósitos judiciais		veis	Possíveis		
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
Ações trabalhistas	7.283	6.402	1.681	1.005	21.857	32.067	
Ações cíveis e regulatórias	15.369	14.521	6.656	6.498	10.993	8.667	
Ações tributárias			5.685	9.433	30.857	25.654	
	22.652	20.923	14.022	16.936	63.707	66.388	

	31/12/12	Adições	Baixas	Reversões	31/12/13
Ações trabalhistas	1.005	7.037	(6.361)	-	1.681
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	6.498	765	(607)		6.656
Ações tributárias	9.433	463		(4.211)	5.685
Total	16.936	8.265	(6.968)	(4.211)	14.022

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

A Companhia está envolvida em processos judiciais incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações cuja perda é considerada como "provável".

a) Ações trabalhistas

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2013 registra uma provisão de R\$ 1.681 (R\$ 1.005 em 31 de dezembro de 2012), para fazer face àqueles casos em que seus advogados consideram as perdas como prováveis.

Dentre os objetos dos pedidos nas ações trabalhistas, incluem-se: equiparações salariais, horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, entre outros.

b) Ações cíveis e regulatórias

Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes.

Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequadas, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá ver a ser exigido para liquidas as ações.

Regulatórias

A ALL Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização. O processo tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da ALL Malha Oeste estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), que vinham sendo registradas na rubrica de investimentos de longo prazo. Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou esse investimento. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como possíveis.

c) Ações tributárias

As principais discussões envolvendo a área tributária são relativas ao ICMS Exportação.

ICMS Exportação – A Secretaria da Receita Estadual lavrou diversos autos de infração, no valor de aproximadamente R\$ 31.865. Todos os autos de infração se encontram em discussão judicial com garantia de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

juízo através de carta de fiança. Cabe ressaltar que já é posicionamento consolidado nos tribunais superiores (STJ) a não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, tendo em vista a previsão existente no art. 155 da Constituição Federal e no artigo 3°, inciso II da Lei 87/1996. A ação é considerada pelo jurídico da Companhia como possível de perda.

Para as ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas com perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 5.685 (R\$ 9.433 em 31 de dezembro de 2012).

10. Debêntures Privada

Em 30 de abril de 2012, a ALL Malha Norte S.A., emitiu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis em ações escriturais, da espécie subordinada no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000.

Atualmente, está registrada como segue:

Malha Norte						Realizável long	go prazo
	Data de		Vencimento	Remuneração			
Série	emissão	Valor	final	anual	Taxa efetiva	31/12/13	31/12/12
Debêntures Privadas - Malha Oeste	30/04/12	100.000	02/05/16	CDI + 1,70%	8,98%	116.725	106.259
						116.725	106.259

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

11. Imobilizado

		31/12/13	31/12/12		
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	% taxas médias anuais
Benfeitorias em bens de terceiros					
Locomotivas	79.390	(27.278)	52.112	47.110	4,00%
Vagões	87.138	(18.024)	69.114	66.057	3,33%
Via permanente	262.038	(50.840)	211.198	200.338	4,29%
Outros	9.506	(5.800)	3.706	3.664	5,34%
	438.072	(101.942)	336.130	317.169	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	13.880	(1.376)	12.504	12.901	4,00%
Vagões	178	(50)	128	132	3,33%
Almoxarifado de bens de uso	-	-	-	77	
Terrenos	72	-	72	-	
Edificações	159	(2)	157	-	5,20%
Móveis e utensílios	2.097	(2.097)	-	-	10,00%
Veículos rodoviários	336	(336)	-	-	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	384	(384)	-	-	19,71%
Equipamentos de telecomunicações e	7.303	(5.259)	2.044	1.698	9,70%
Equips. para manut. de via permanente e	4.320	(3.593)	727	947	9,94%
Outros	5.737	(1.567)	4.170	3.822	10,00%
	34.466	(14.664)	19.802	19.577	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	19	-	19	215	
Vagões	-	-	-	300	
Via permanente	1	-	1	729	
Outros	778		778	186	
	798	-	798	1.430	
	473.336	(116.606)	356.730	338.176	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	5	Saldo em 31/12/2012			Movimentação do período					Saldo em 31/12/13		
Classes do Imobilizado	Cus to Bruto	Depreciação Acumulada	Líquido	Aquisições	Movimentações que não afetam o caixa	Baixas	Transferencias	Depreciação	Custo Acumulado	Depreciação Acumulada	Líquido	
Locomotivas	86.565	(26.554)	60.011		-		6.705	(2.100)	93.270	(28.654)	64.616	
Vagões	82.158	(15.969)	66.189	-	-	-	5.158	(2.105)	87.316	(18.074)	69.242	
Via permanente	240.247	(39.909)	200.338	-	257	-	21.534	(10.931)	262.038	(50.840)	211.198	
Imobilizações em andamento e ativos em construção	1.430	-	1.430	34.815	92	-	(35.539)	-	798	-	798	
Outros	27.851	(17.643)	10.208	2.206	(594)	(1.691)	2.142	(1.395)	29.914	(19.038)	10.876	
TOTAL	438 251	(100 075)	338 176	37.021	(245)	(1.691)		(16.531)	473 336	(116 606)	356 730	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados às contas de imobilizações em andamento, R\$ 454 (R\$ 1.230 em 31 de dezembro de 2012) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. O custo financeiro da capitalização de juros sobre o imobilizado elegível foi de 102,3% do CDI, referente à taxa média de captação da ALL.

12. Intangível

			31/12/12	%		
			Amortização			Taxas
Intangível	_	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	médias
Sistemas aplicativos - software		2.224	(2.200)	24	10	20,00%
Direito de Outorga - Contrato de concessão	(i)	3.118	(1.829)	1.289	1.391	3,33%
		5.342	(4.029)	1.313	1.401	

(i) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões, amortizado pelo prazo do contrato.

13. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/13	31/12/12
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4%	6,4%	Trimestrais/	97.877	78.146
Parcela no circulante Parcela no passívo não circulante				11.992 85.885	8.177 69.969

Composição por ano de vencimento da parcela não circulante:

	31/12/13	31/12/12
2015	13.503	10.158
2016	13.503	10.158
2017	13.503	10.158
A partir de 2018	45.376	39.495
Total	85.885	69.969

Abreviaturas:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Os empréstimos com o BNDES acima demonstrados, destinados a investimentos, estão sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros de liquidez relacionados com a dívida líquida e resultados financeiros, os quais são mensurados e avaliados de forma consolidada na ALL – América Latina Logística S.A. A Companhia está adimplente com estes índices em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia vem cumprindo com os indicadores financeiros. No entanto, caso a Companhia venha descumprir estas cláusulas, o pagamento dos referidos empréstimos será exigido imediatamente.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados e estão sendo atendidos.

A *covenant* Dívida Líquida sobre o EBITDA ajustado (em português o LAJIDA) é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA ajustado consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50

A covenant EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA ajustado consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta covenant, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de hedge e variação cambial da sua controlada no exterior "ALL Argentina". Os valores abaixo são os limites mínimos da covenant para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
EBITDA ajustado/Resultado financeiro	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

Cláusulas restritivas e penalidades dos contratos de empréstimos:

Os contratos de empréstimos estão diretamente vinculados aos limites financeiros determinados, pois afetam a dívida líquida e o resultado financeiro, que são itens pertencentes às covenants.

Conforme podemos observar na tabela abaixo as cláusulas restritivas vem sendo atendidas pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13
Dívida líquida / EBITDA ajustado EBITDA ajustado	2,34	2,30	2,43	2,24	2,17
consolidado/Resultado financeiro	3,07	3,22	3,37	3,43	3,58

14. Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos da Companhia apresenta o seguinte saldo:

	31/12/13	31/12/12
Operações de swap	<u> </u>	5.109
Parcela no circulante	-	5.109

15. Arrendamento e concessões

	31/12/13	31/12/12
	Passivo não circulante	Passivo não circulante
Arrendamento	660.994	583.997
Concessão	44.860	40.549
	705.854	624.546

Refere-se às parcelas incorridas dos contratos de concessão e arrendamento e parcelas relativas ao período de carência, atualizados monetariamente até o vencimento pela variação do IGP-DI publicado pela FGV e pela taxa SELIC (Sistema Especial de Custódia e Liquidação), a partir da caução de garantia.

Pagamento dos contratos de concessão e arrendamento

A Companhia suspendeu o pagamento dos valores relativos ao contrato de arrendamento a RFFSA - em liquidação, amparada judicialmente, por decisão liminar. A Companhia efetua depósito judicial dos valores de arrendamento em aberto, como forma de garantir o Juízo e assegurar a continuidade da discussão judicial, bem como a regularidade e adimplência da sua concessão perante a ANTT e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

16. Adiantamentos de clientes

O valor de R\$ 13.302 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 23.423 em 31 de dezembro de 2012), corresponde às antecipações de valores recebidos de clientes e garantidos por contratos de futuros transportes de soja, derivados de petróleo ou minério, além de outras garantias subsidiárias. As taxas de remuneração variam de 100% a 125% do CDI e variação da tarifa da prestação de serviço de transporte ferroviário de carga.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

17. Parcelamentos fiscais e previdenciários

	31/12	2/13	31/1	2/12
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09	-	56	849	158
Salário educação	343	-	343	-
ISS	211		385	225
	554	56	1.577	383

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei Nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009. Na ocasião a Companhia apresentou pedido de desistência do Parcelamento Especial – PAES e do Parcelamento Excepcional – PAEX e solicitou pedido de parcelamento do saldo remanescente, inclusive dos valores não revisados, com redução de juros e multa. O pedido foi homologado em junho de 2011. O respectivo valor está registrado pelo seu valor justo.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

18. Seguridade social privada

A Companhia patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão. O plano possui características predominantes na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas. O único benefício definido, na fase de acumulação, é um pecúlio equivalente a no máximo seis salários, pago em eventos de morte, invalidez e entrada em aposentadoria, calculado conforme fórmulas e condições estabelecidas no regulamento do plano.

As contribuições são efetuadas em média, na proporção de 67% pela patrocinadora e 33% pelos participantes ativos contribuintes. As contribuições relativas ao Benefício Mínimo são efetuadas integralmente pela Patrocinadora, conforme definido em nota técnica atuarial, e são redimensionadas anualmente, através das avaliações atuariais.

O plano é avaliado anualmente, por atuário independente, tendo sido a última avaliação atuarial do Plano, concluída em 31 de dezembro de 2013. A data base cadastral utilizada na avaliação foi a de outubro de 2012.

	31/12/13	31/12/12
Participantes	32	39
Ativo total	3.998	10.329
Ativo atuarial	3.735	2.892
Contribuições da patrocinadora (% folha)	2,39%	0,89%
Folha salário de participação	594	792

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

O plano possui ainda uma parcela de benefício definido na fase de concessão, cuja obrigação atuarial refere-se às rendas mensais vitalícias concedidas aos seus participantes. O valor presente da obrigação atuarial dos Participantes Assistidos foi calculado com base na tábua de mortalidade AT-2000 e uma taxa de desconto financeiro de 6,75% ao ano, estando totalmente coberto pelo Ativo Líquido do Plano, e uma taxa de retorno real dos ativos de 11,55%, obtendo rendimento sobre os ativos de R\$ 445.

O plano apresenta cobertura financeira das obrigações atuariais, além de um superávit de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2013. O Fundo é constituído por saldos remanescentes de contribuições da patrocinadora, oriundos de desligamentos de participantes que efetuaram resgate parcial, não sendo elegíveis a qualquer benefício do plano.

19. Capital Social

O capital social integralizado da ALL- Malha Oeste em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 é constituído por 478.460.074 ações sendo 459.057.998 ações ordinárias e 19.402.076 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais, não sendo atribuído às ações preferenciais, independentes de sua classe, o direito a voto.

As ações preferenciais terão as seguintes vantagens:

- (i) prioridade no reembolso em caso de liquidação da companhia;
- (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual não cumulativo, no valor de R\$0,01 (um centavo) por ação preferencial; e
- (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento de dividendos, após assegurado às ações ordinárias o dividendo igual ao estabelecido no item (ii) acima.

Distribuição de dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Reserva de lucros

Conforme a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base nas disposições estatutárias, as quais estão sustentadas com o plano de investimento da Companhia através dos usos e fontes submetidos ao Conselho de Administração e de acordo com o artigo 194 da Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, que determina que esta reserva não excederá o capital social subscrito, em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, com a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e das empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

20. Remuneração baseada em ações

Executivos e pessoas chave da administração da Companhia são beneficiários de plano de remuneração, através do qual recebem opções de ações de emissão da ALL – América Latina Logística S.A. (Holding e última controladora do grupo).

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de (R\$ 534) em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.452 em 31 de dezembro de 2012).

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembleia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, outorgou a administração do Programa ao Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações ("Comitê"), representado por todos os membros do Conselho de Administração e formado exclusivamente para este fim. Compete ao Comitê administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado anualmente a 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas.

Os programas podem contemplar 2 (dois) grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como "Contrato A" (comuns a todos os programas) e "Contrato B" (presentes a partir do "Programa 2006").

No "Contrato A" o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

(i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O Plano não prevê hipóteses de liquidação das opções a vista, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

Com o advento da CPC 10, que objetiva registrar o valor justo dos instrumentos concedidos como custo do serviço prestado pelos beneficiários dos programas, o grupo alocou os custos nas Companhias onde os beneficiários prestam seus serviços.

21. Resultado financeiro líquido

	31/12/13	31/12/12
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(17.236)	(24.499)
Multas/juros fiscais/fornecedores/vagões	(1.311)	(859)
Juros sobre arrendamento e concessão	(80.345)	(74.546)
Clientes/AVP/outros	(634)	(641)
Total das despesas financeiras	(99.526)	(100.545)
Receita sobre aplicação financeira	20.395	30.096
Remuneração sobre debêntures	12.036	7.198
AVP/outros		248
Total das receitas financeiras	32.431	37.542
Resultado financeiro líquido	(67.095)	(63.003)

22. Seguros

A Companhia efetua as contratações de seguros de forma centralizada e consolidada, abrangendo todas as empresas do grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada		Vigência	
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$	60.000	15/09/2013 a 15/09/2014	
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluíção, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$	10.000	30/04/2013 a 30/04/2014	
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$	2.200	30/06/2013 a 31/07/2014	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisarem a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

23. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía os seguintes principais instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor j	usto
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	11.990	11.582	11.990	11.582
Adiantamentos e outras contas a receber	712	417	712	417
Créditos a receber de empresas relacionadas	2.435	43	2.435	43
Depósitos restituíveis e valores vinculados	22.652	20.923	22.652	20.923
Debêntures	116.725	106.259	116.725	106.259
Caixa e equivalentes de caixa	225.370	227.129	225.370	227.129
Total	379.884	366.353	379.884	366.353
Passivos financeiros				
Adiantamento de clientes	13.302	23.423	13.302	23.423
Empréstimos e financiamentos	97.877	78.146	97.877	78.146
Instrumentos derivativos	-	5.109	-	5.109
Contas a pagar a fornecedores	16.426	12.935	16.426	12.935
Contas a pagar com empresas relacionadas	5.084	3.883	5.084	3.883
Outras contas a pagar	776	755	776	755
Total	133.465	124.251	133.465	124.251

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é inserido no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizadas para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

a) Risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia tem por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do patrimônio líquido e da classificação de risco de cada instituição.

b) Risco de deterioração de encargos financeiros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos passivos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida (dívida total indexada ao TJLP – aplicações financeiras indexadas em CDI). A exposição líquida da empresa à taxa de juros é bastante reduzida, não justificando a contratação de derivativos para mitigá-la. A empresa monitora continuamente esta exposição para avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos derivativos, a fim de mitigar o risco de variação de taxa de juros.

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento

Operação	Risco	Cenário provável	Aumento de +25%	Aumento de +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	22.520	28.149	33.779
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	2.323	2.323	2.323
ENDIVIDAMENTO				
Financiamentos Indexados à TJLP	TJLP	7.641	9.138	10.635
Referências				
CDI Médio (a.a.)		11,00%	13,75%	16,50%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Operação	Risco	Saldo em 30/09/13 (R\$ mil)	Cenário provável	Aumento de +25%	Aumento de +50%
PARCELAMENTO IMPOSTOS					
Curto Prazo	CDI	(554)	(61)	(76)	(91)
Longo Prazo	CDI	(56)	(6)	(8)	(9)
Total		(610)	(67)	(84)	(100)
Referências					
CDI Médio (a.a.)			11,00%	13,75%	16,50%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

c) Derivativos - Instrução CVM nº 475

A posição dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

Valor justo das operações com instrumentos derivativos por vencimento

Decovição	Valor de r (noci		Valor	justo	Efeito acumulado (po atual)	
Descrição	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	Valor a receber / (recebido)	Valor a pagar / (pago)
Contratos de "Swaps": Posição líquida 2T13*	-	107.409	-	(5.109)	-	-
TOTAL			-	(5.109)		-

d) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40/IFRS 7 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia utiliza os seguintes critérios para classificação de nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

e) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	-	-
Crupo 2	11.646	8.841
Grupo 3	344	2.741
	11.990	11.582

- Grupo 1 novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de prejuízos por ação (em milhares, exceto valores por ação):

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	31/12/13	31/12/12
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Prejuizo do período atribuído aos acionistas da Companhia	(34.156)	(54.296)
Por ação ordinária	(32.771)	(52.094)
Por ação preferencial	(1.385)	(2.202)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações preferenciais	19.402	19.402
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,0714)	(0,1135)
Por ação preferencial	(0,0714)	(0,1135)

25. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são consolidadas, e analisadas em bases consolidadas do grupo ALL, apenas demonstradas na controladora ALL – América Latina Logística S.A, não havendo análises para fins de tomadas de decisões de forma individualizada para a Malha Oeste.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

26. Outras receitas/ despesas

26.1. Outras receitas e despesas operacionais

Outras Receitas Operacionais	31/12/13	31/12/12
Venda de inservíveis	386	-
Reversão provisão ICMS	-	10.276
Taxa de fiscalização		3
	386	10.279
Outras Despesas Operacionais		
Taxas	169	53
Baixa de inservíveis/venda de estoque	250	1.321
Outras despesas	435	-
Total	854	1.374
Total outras receitas e despesas	(468)	8.905

26.2. Depreciação, amortização e combustíveis incluídos na demonstração do resultado

	31/12/13	31/12/12
Combustível	13.919	16.562
Serviços terceiros	2.061	7.194
Depreciação e amortização	16.284	12.175
	32.264	35.931

26.3. Receita Líquida

	31/12/13	31/12/12
Receita bruta	110.383	112.644
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos	(15.388)	(15.798)
Receita líquida	94.995	96.846

27. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2014, conforme publicado em fato relevante, sua controladora a ALL – América latina Logística S.A. (holding) recebeu uma Proposta enviada pela Rumo Logística Operadora Multimodal ("Rumo") com o objetivo de combinar as atividades da ALL com a Rumo, mediante a incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo, nos termos do art. 252 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A").

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

A Proposta, que é vinculante para a Rumo, será submetida à apreciação pelo Conselho de Administração da ALL em até 40 dias desta data. Em sendo a Proposta aprovada pelo Conselho de Administração da ALL, haverá a convocação imediata da Assembleia Geral para deliberar sobre a Incorporação, que deverá ser realizada nos 30 dias subsequentes à convocação. Caso a Incorporação seja aprovada pela Assembleia Geral da ALL, os acionistas da ALL dissidentes da operação não terão direito de retirada, nos termos do art. 137, II da Lei das S.A.

A Proposta prevê termos e condições usuais para este tipo de operação, incluindo a necessidade de aprovação prévia por eventuais terceiros, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

* * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Considerando que a ALL América Latina Logística Malha Oeste S/A é controlada direta da ALL – América Latina Logística S/A, reportamo-nos ao Relatório da Administração desta última.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;

A Administração declara também, que a Companhia não tem proposta de orçamento de capital.

A Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores infra-assinados da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A, declaram:

A deliberação e aprovação das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2013, os quais serão objeto de:

- (i) exames pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers International Limited; e
- (ii) deliberação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2014.

Pedro Roberto Oliveira Almeida Leonardo Recondo de Azevedo Rodrigo Barros de Moura Campos Alexandre de Jesus Santoro Marcelo Tappis Dias Henrique Franciosi Peterlongo Langon Eduardo Fares Dias Presidente
Diretor de Commodities Agrícolas
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Diretor Superintendente
Diretor de Produção
Diretor de Gestão e Ativos

Diretor de Industrializados

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES **INDEPENDENTES**

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores infra-assinados da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A, declaram:

- (i) revisaram este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, da ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A e baseado nas discussões subsequentes concordam que refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.
- (ii) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Pedro Roberto Oliveira Almeida Leonardo Recondo de Azevedo Rodrigo Barros de Moura Campos Alexandre de Jesus Santoro Marcelo Tappis Dias Henrique Franciosi Peterlongo Langon

Eduardo Fares Dias

Presidente

Diretor de Commodities Agrícolas

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Diretor Superintendente Diretor de Produção

Diretor de Gestão e Ativos Diretor de Industrializados This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com. The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only. This page will not be added after purchasing Win2PDF.